



ACÇÃO SOCIALISTA



JORGE FERREIRA

#PortugalMelhor
DESCIDA HISTÓRICA DO DÉFICE
SAÍDA DO PROCESSO POR DÉFICE EXCESSIVO
DESCIDA DO DESEMPREGO
MAIOR CRESCIMENTO ECONÓMICO

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



DIAS ÚTEIS
ÀS 17H

CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

M.R. / R.S.A.

A ESCALDAR CONTRATO DE GERAÇÃO EM 2018

O primeiro-ministro espera pôr em marcha em 2018 o "contrato de geração", tornando possível que um trabalhador com mais de 60 anos receba reforma parcial desde que seja criado um novo emprego para um jovem.

Este foi um dos anúncios deixados por António Costa na entrevista à SIC conduzida pelo jornalista José Gomes Ferreira, num espaço em que deixou garantias também de que as penalizações das reformas antecipadas serão gradualmente reduzidas. Esta medida de compensação consta do atual Programa de Governo e terá um impacto positivo ao nível do emprego jovem.



QUENTE ESCALÕES DO IRS

O Governo vai cumprir mais uma promessa que fez aos portugueses e estuda já um alívio para 2018 em sede de IRS para os contribuintes do segundo escalão com rendimentos coletáveis entre 7.091 e 20.261 euros. Isto mesmo se poderá inferir das palavras do ministro das Finanças, Mário Centeno, que deu a entender esta semana, quando respondeu em direto às perguntas colocadas pelos utilizadores nas redes sociais, que o Governo liderado pelo primeiro-ministro, António Costa, está a estudar, juntamente com os partidos que o apoiam no Parlamento, uma medida tendente a aliviar a taxa marginal de IRS de 28,5% que atualmente é aplicada aos contribuintes do segundo escalão, para uma nova taxa média de 23,6%, medida que irá abranger cerca de 1,1 milhões de contribuintes.



FRIO ANIMADO DEBATE NA SIC

O primeiro-ministro, António Costa, foi entrevistado no dia 7, na SIC, pelo jornalista José Gomes Ferreira. O primeiro-ministro respondeu a todas as perguntas, de forma clara e sem rodriguinhos, não deixando nada por dizer. No final, a impressão com que se ficou é que assistimos não foi uma entrevista, como era suposto, mas a um debate. Esta foi aliás a conclusão a que o próprio António Costa chegou, quando mais tarde escreveu na sua conta de Twitter: "Animado debate esta noite na SIC com o José Gomes Ferreira. Até para o ano". Também a deputada socialista, Isabel Moreira, comunga da opinião expressa pelo primeiro-ministro, tendo escrito na sua página do Facebook: "Portanto não havia entrevistador. Foi um debate. E Costa ganhou".



GELADO MONTENEGRO E CRISTAS NO PARAÍSO

A direita, premonitória, vaticinou colapso da economia, caos no emprego e hecatombe nas finanças públicas. Agora nem falam nisso porque, afinal, a economia cresceu, o desemprego baixou, o rendimento das famílias aumentou e a gestão das contas públicas está a ser um sucesso.

As ideias são de Carlos César, presidente do PS, expressas durante o debate Quinzenal na Assembleia da República, agendado pelo Governo para debater a Educação e onde dela pouco se falou porque, além de meterem a viola no saco, Luís Montenegro (PSD) e Assunção Cristas (CDS) estavam mais preocupados com a lista dos paraísos fiscais para onde poderiam deixar fugir mais 10 mil milhões de euros em transferências sem fiscalização da Autoridade Tributária. ■



ECONOMIA CRESCEU 2,8% NO PRIMEIRO TRIMESTRE PORTUGAL CONFIRMA CRESCIMENTO SUSTENTADO IGUALANDO VALOR MAIS ELEVADO DO SÉCULO

O Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 2,8% no primeiro trimestre deste ano por comparação com período homólogo, voltando a igualar o valor mais elevado do século.

UMA ACELERAÇÃO do crescimento económico que ocorre ao mesmo tempo que se verifica uma acentuada e inédita descida do défice das contas públicas, associada a um maior dinamismo das exportações e do investimento, dados que são agora atestados pelo INE, e que vêm confirmar o que o Governo há muito vem defendendo: de que é "sustentável e equilibrado" o padrão de crescimento da economia portuguesa.

Em Odemira, no distrito de Beja, onde se deslocou para uma visita a uma empresa hortofrutícola, o primeiro-ministro, António Costa, reagiu aos números do INE sustentando que o crescimento de 2,8% do PIB, verificado no primeiro trimestre deste ano, vem mostrar, que a "confiança dos portugueses não era infundada" e que a combinação das políticas defendidas pelo Governo "é a mais adequada". Para o primeiro-ministro, este salto qualitativo que se verificou na economia portuguesa é a prova de que a prioridade dada pelo Governo à reposição de rendimentos das famílias portuguesas "não comprometeu a



competitividade", pelo contrário, sustentou António Costa, "reforçou a coesão e a confiança", aspetos que são "indispensáveis ao crescimento". Reconhecendo que há "todo um ano ainda pela frente", o primeiro-ministro manifestou otimismo em relação à economia portuguesa, sustentando que a política seguida pelo Governo que lidera "está adequada" e é a que melhor responde ao "consistente crescimento do emprego, ao aumento do investimento, das exportações e ao crescimento sustentado do consumo interno". O que os dados do INE vêm agora demonstrar, disse ainda António Costa, é que com o atual Governo, o ciclo de desacelera-

ção da economia, que se verificava desde meados de 2006, foi invertido, confirmando-se uma "aceleração sustentada". Estes dados, que vieram superar, como aliás o primeiro-ministro reconheceu, as expectativas traçadas pelo Governo, no Orçamento do Estado para 2017 e no Programa de Estabilidade 2017/2021, são mais um incentivo para que o Governo continue a trabalhar para "estimular o crescimento económico, a criação de emprego, aumentar a coesão social e a consolidação sustentável das contas públicas" de modo a que haja o mais rápido possível uma "convergência com a Europa".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

DADOS OFICIAIS

DESEMPREGO CONTINUA A DESCER E JÁ ATINGE NÍVEIS DE 2009

Os dados são revelados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística): o desemprego em Portugal continua a descer e fica nos 10% em fevereiro. Esta descida dos níveis de desemprego significa uma descida de 0,1% face ao registado no mês anterior e põe o desemprego a níveis de março de 2009.

ESTES NÚMEROS mostram que em fevereiro de 2017 havia mais 126,3 mil novos postos de trabalho que nos 12 meses anteriores, cenário que vai ao encontro do que o Governo tem vindo a alertar, de que o mercado de trabalho continua a mostrar dinamismo com a criação líquida de emprego, com o desemprego a estar prestes a quebrar a barreira dos dois dígitos. Segundo o INE, a taxa do emprego em Portugal foi a sexta

mais elevada entre os 19 países da zona euro, com o desemprego a baixar, sobretudo, entre os adultos e homens, enquanto o número de jovens e mulheres desempregados ficou praticamente inalterado. Em fevereiro de 2017, ainda segundo o INE, a população empregada aumentou, em comparação com o mês anterior, 0,3% ou seja, cerca de oito mil homens voltaram a entrar no mercado de trabalho, enquanto o emprego dos

adultos, cujas idades situam-se entre os 25 e os 74 anos, também em fevereiro, e igualmente em comparação com o anterior mês de janeiro, aumentou 0,1%, o que quer dizer que mais 5,2 mil adultos encontraram emprego. Também o Eurostat referiu o desemprego em Portugal, salientando que este foi o quarto trimestre consecutivo de aumento – em termos homólogos e em cadeia – do emprego em Portugal. ■ RSA



APOSTA NA EDUCAÇÃO MARCOU DEBATE QUINZENAL

SÓ COM CIDADÃOS QUALIFICADOS TEREMOS UMA SOCIEDADE DECENTE E UMA DEMOCRACIA FORTE

A política de educação foi o tema escolhido pelo Governo para o último debate quinzenal na Assembleia da República. Na sua intervenção inicial, o primeiro-ministro deixou a garantia de que o Governo vai continuar a investir no setor, tendo-se congratulado que o ano letivo, que está a chegar ao fim, “tenha decorrido sem sobressaltos”.

PARA António Costa, professores, educadores, auxiliares, pais e alunos, “todos foram fundamentais” para o sucesso de um ano letivo que se pautou “pela normalidade”, com as aulas a “terem início na data prevista”, com professores e alunos colocados a tempo e horas, devolvendo assim às escolas a “tranquilidade necessária para desenvolverem o seu trabalho”, que, como sustentou o primeiro-ministro, “é um dos mais relevantes para o nosso futuro”. A educação, reafirmou o primeiro-ministro, é a “base de uma sociedade moderna e progressista”, porque apenas com um povo educado e informado, justificou, é possível exigir uma “cidadania ativa”, assim como só com mais educação e formação dos seus cidadãos “é possível termos pessoas mais qualificadas e realizadas”, também para que o país possa ter empresas mais fortes e inovadoras capazes de afirmar a sua competitividade, “num mundo que é cada vez mais global”. Em suma, sustentou o primei-

ro-ministro, só com cidadãos qualificados e instruídos, é possível assumir plenamente que “somos uma sociedade decente” e, sobretudo, alegar que “somos uma democracia forte”.

Insucesso escolar

A primeira de todas as prioridades do Governo, em matéria de educação, defendeu o primeiro-ministro, é o “combate ao insucesso escolar”, matéria que em sua opinião representa hoje o mais sério obstáculo à modernização do país e à “redução das desigualdades”.

Foi precisamente com o objetivo de combater as desigualdades, como realçou António Costa, que o Governo lançou o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, que mais não pretende, como sublinhou, do que apostar em medidas preventivas do insucesso e abandono, “beneficiando do novo modelo de avaliação do ensino básico”, paradigma que procura “aferrir as aprendizagens precocemente”, corrigindo as dificuldades sinalizadas “desde o

início do percurso escolar”.

Para o primeiro-ministro, um melhor ensino pressupõe, antes de mais, “alunos e professores valorizados e motivados”, estabilidade do corpo docente e uma redução do número de alunos por turma, pressupostos que no próximo ano letivo, garantiu, começarão por se fazer sentir em primeiro lugar nos chamados Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, que “constituem cerca de 18% do total dos agrupamentos de escolas”, e onde estudam mais de 200 mil alunos.

Em relação ao corpo docente e pessoal de apoio à atividade escolar, António Costa garantiu que no próximo ano letivo haverá mais cerca de três mil professores vinculados e um “reforço a nível de assistentes operacionais”, processo que será decorrente, como assinalou, da “alteração do rácio”, tendo ainda garantido que, em janeiro de 2018, está previsto que se inicie um “novo período negocial para uma nova vinculação de professores”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



Portugal Melhor não é um slogan. É a realidade, confirmada pelos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e reconhecida pela generalidade das pessoas. Dados que superam as previsões mais otimistas e provam que havia alternativa à política austeritária do governo PSD/CDS. Cumprindo o prometido e melhorando a vida das pessoas, o governo reforça a confiança dos cidadãos nas políticas já adotadas e futuras. Ao contrário do que vaticinavam o PSD e o CDS, a devolução de salários e pensões, a redução da sobretaxa, a redução do IVA da restauração, o aumento do salário mínimo e das prestações sociais (abono de família, complemento solidário para idosos e rendimento social de inserção) não conduziram ao caos e permitiram a recuperação económica, o cumprimento das metas do défice e a criação de emprego. Ou seja, o governo conseguiu o que muitos diziam impossível: executar o programa do governo, respeitar os acordos assinados com os partidos da maioria parlamentar de esquerda, cumprir as metas decorrentes da pertença ao euro, aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza.

A prioridade dada pelo governo à reposição de rendimentos, de salários e de pensões, cortados pelo anterior governo, não comprometeu a competitividade. Pelo contrário. Há muitos anos que Portugal não registava uma recuperação tão significativa e sustentável. Num só ano, foram criados mais de 150 mil empregos, o desemprego baixou 18%, as exportações de bens e serviços cresceram muito mais do que as importações, a economia registou um crescimento de 2,8% do PIB no primeiro trimestre deste ano e 2016 registou o défice orçamental mais baixo da nossa democracia. Resultados que superam todas as expectativas, inclusive as traçadas pelo governo no Orçamento do Estado para 2017 e no Programa de Estabilidade 2017/2021 enviado a Bruxelas. A economia portuguesa está a crescer acima da média europeia e da Zona Euro, confirmando o que o Governo há muito vem dizendo: a nossa competitividade não tem de assentar na degradação de direitos e salários nem no empobrecimento das portuguesas e dos portugueses.

Porque Portugal está melhor, ao fim de nove anos, o país vai finalmente sair do procedimento por défice excessivo. É uma excelente notícia. Significa que as instituições europeias reconhecem que o nosso país está no bom caminho e que a estratégia do governo está a dar bons frutos.

Portugal melhor foi, com propriedade, o mote da Convenção Autárquica do PS que reuniu, no Pavilhão Carlos Lopes, autarcas e candidatos, militantes, simpatizantes e outros independentes, num debate aberto e franco, com o objetivo de promover a coesão territorial e social e mais justiça e igualdade na sociedade portuguesa. As Jornadas Parlamentares do PS, realizadas em Bragança, representaram outro momento alto de afirmação política e de combate às assimetrias regionais. Este ano, por ocasião do 44º aniversário do partido, o Secretário-geral António Costa, a Secretária-geral Adjunta Ana Catarina Mendes, acompanhados de Isabel e João Soares e de muitos dirigentes e militantes, prestaram homenagem a Mário Soares, atribuindo o seu nome ao jardim do Largo do Rato.

Destes assuntos e de muitos outros lhe damos conta nesta edição do Ação Socialista, o seu jornal. ■



JORGE FERREIRA

DECISÃO DE BRUXELAS

SAÍDA DO DÉFICE EXCESSIVO É VITÓRIA PARA O PAÍS E OS PORTUGUESES

O deputado e porta-voz do PS João Galamba congratulou-se com a decisão da Comissão Europeia de propor a saída de Portugal do procedimento por défices excessivos, considerando que é uma grande vitória para o país e um reconhecimento muito encorajador do bom caminho que está a ser seguido pelas políticas do Governo.

“A SAÍDA de Portugal do procedimento por défices excessivos ao fim de nove anos, entrámos em défices excessivos em 2009, é uma grande vitória para o país e para os portugueses e é um resultado da maior importância para o futuro da nossa economia e do nosso país”, afirmou.

Para João Galamba, esta decisão demonstra que, “depois de um ano de enormes dificuldades em que muitos desconfiaram da alternativa política implementada em Portugal”, foi possível “mostrar que a opção que tinha seguido era a correta e permitiu melhorar os resultados em todas as áreas, quer no défice, quer no mercado de trabalho, quer no crescimento da economia”.

“Este voto de confiança, este reconhecimento de que Portugal está no bom caminho, tem hoje uma retoma sustentável e está numa trajetória de sustentabilidade das contas públicas, o que é de facto um sinal muito encorajador para o país e para o Governo”, sublinhou.

João Galamba adverte, contudo, que este resultado “não é o fim da linha”. “Importa continuar a trabalhar para aumentar ainda mais o crescimento da economia, melhorar ainda mais as condições do mercado de trabalho e continuar a reduzir o défice”, lembrou.

“Mas este reconhecimento da Comissão Europeia é sem dúvida um incentivo muito grande, não só da validação da estratégia seguida mas também de encorajamento para o seu aprofundamento”, sublinhou o deputado.

Embora reconhecendo todos os contributos para estes resultados, João Galamba destacou o papel da atuação do Governo para evitar as sanções por défice excessivo e inverter o ciclo negativo criado pelas políticas do anterior Governo.

“Em 2015, Portugal esteve à beira de ter sanções por incumprimento das obrigações orçamentais nos anos de 2014 e 2015. O atual Governo conseguiu evitar essas sanções e inverter o ciclo que estava criado. E conseguiu fazer aquilo que o anterior Governo não conseguiu, isto é, os resultados em matéria de défice e também de crescimento e de emprego”, lembrou.

Para o deputado, os resultados inequívocos alcançados pelo Governo permitiram “inverter um ciclo de desconfiança e demonstrar que Portugal tem capacidade, não só para ter as contas públicas em ordem, mas também ter um programa diferente daquele que estava a ser seguido”.

Uma estratégia que, reconhece, “muitas vezes contrariou alguma ortodoxia europeia que via esta alternativa política com desconfiança”, mas cujos resultados são também um contributo “para a própria União Europeia e para o projeto europeu”. ■ CA



DS

SAÍDA DO PROCEDIMENTO POR DÉFICE EXCESSIVO

UM SUCESSO NACIONAL E MÉRITO DE TODOS OS PORTUGUESES

A saída de Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo constitui um “sucesso nacional” e a prova “de que nos encontramos num ponto de viragem”, defendeu o primeiro-ministro, numa declaração proferida na residência oficial, em São Bento.

PARA António Costa, a decisão da Comissão Europeia (CE) de retirar Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo (PDE) representa uma extraordinária e importantíssima vitória para o país e constitui uma prova de confiança e de “reconhecimento” de que o país está num “ponto de viragem”, tendo corrigido de “forma sustentável e duradoura” os seus défices excessivos.

Uma decisão que, segundo o primeiro-ministro, resulta também e de forma determinante da série consistente de bons indicadores que o país alcançou neste último ano e meio, quer nas contas públicas, “com o menor défice da nossa democracia”, como recordou, quer com a redução do desemprego, quer ainda com a recuperação económica, através da “aceleração do crescimento”, quer também com o “aumento do investimento, das exportações e, sobretudo, da confiança”, provando que é possível recuperar a competitividade da economia sem ter que recorrer “ao empobrecimento coletivo”.

Só foi possível ter chegado até aqui, sustentou o primeiro-ministro, graças à enorme “persistência das famílias, das empresas e de todo o país”, que não “desistiu de se mobilizar” para vencer a crise, provando que é possível “respeitar a Constituição, repor

os rendimentos, aumentar o investimento e consolidar as finanças públicas”.

António Costa lembrou os anos em que Portugal esteve sob resgate e os inúmeros sacrifícios que foram pedidos nesse período aos portugueses, afirmando esperar que esta tenha sido a última vez em que o país “mergulhou num processo tão traumático”, que destruiu “empregos, empresas, rendimentos, poupanças e expectativas de vida de muitos portugueses”, prevenindo que o país “não pode voltar a perder o que hoje alcançou”.

Para que o cenário de um novo resgate não volte a surgir no horizonte, é necessário, segundo António Costa, que o Governo que lidera prossiga o caminho que está a construir, com uma “política orçamental responsável”, que acompanha o “triplo desígnio” de Portugal ter mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade, porque só assim, acrescentou, “podemos garantir que estes resultados são sustentáveis no futuro”.

Recapitalização da CGD sem influência

Sobre se o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) teve alguma influência na decisão sobre a saída de Portugal do PDE, o primeiro-ministro garantiu que não, lem-

brando ainda que não houve, na troca de correspondência com Bruxelas, “qualquer referência a medidas adicionais”.

A propósito da recapitalização do banco público e da influência ou não que o processo terá tido na saída do país do PDE, o primeiro-ministro lembrou o comunicado que ontem a Comissão Europeia tornou público, onde é afirmado que “independentemente de qual venha a ser a classificação estatística” que o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Eurostat façam da operação CGD, “isso não influi negativamente na avaliação feita de que a redução do défice de Portugal é sustentável e duradouro”.

Centeno no Eurogrupo seria “honra para o país”

O primeiro-ministro referiu-se ainda à liderança do Eurogrupo, garantindo que Portugal “não é candidato à presidência”, o que não invalida, como realçou, que se a escolha vier a recair no ministro das Finanças, Mário Centeno, “será uma honra para o país”.

Esta é uma escolha, lembrou António Costa, que cabe aos ministros das Finanças da zona euro, reafirmando que Portugal “não apresentou a sua candidatura” ao cargo, mas também “não foge das suas responsabilidades”. ■ CARLA ALVES



CONVENÇÃO NACIONAL AUTÁRQUICA

“O PS QUANDO ENTRA EM JOGO É SEMPRE PARA GANHAR”

O Secretário-geral socialista, António Costa, assumiu a ambição do PS para as eleições autárquicas de outubro próximo, afirmando que “o PS quando entra em jogo é sempre para ganhar”.

INTERVINDO no encerramento da Convenção Nacional Autárquica do PS, que teve lugar no dia 6 de maio em Lisboa, no renovado Pavilhão Carlos Lopes, António Costa garantiu que o objetivo dos socialistas é vencer as próximas eleições autárquicas de 1 de outubro, uma vitória que se deverá traduzir, como defendeu, na manutenção da “liderança das associações nacionais de municípios e de freguesias”. O PS, assumiu o líder socialista, quando “entra em jogo é sempre para ganhar”, reafirmando que o objetivo dos socialistas para as próximas eleições autárquicas é não só manter a liderança das 150 câmaras municipais e das 1282 juntas de freguesia que lidera desde

2013, como aumentar, se possível, o número de municípios e de juntas de freguesia, aludindo que, “tal como não há vitórias antecipadas, também não há derrotas antecipadas”.

O desafio da descentralização

Na sua intervenção, António Costa, referiu-se ainda à proposta que o Governo vai apresentar brevemente na Assembleia da República sobre descentralização, desafiando os restantes líderes partidários com assento parlamentar a esclarecer se “acompanham” o Governo na proposta da descentralização e se “têm ou não vontade política para concretizar esta reforma”. Para o Secretário-geral so-

cialista, o que importa saber agora, como frisou, numa altura em que “vejo todos os líderes partidários a percorrer o país, tecendo loas ao poder local democrático”, elogiando o trabalho dos autarcas e dizendo deles “as maiores maravilhas do mundo”, é se estão ou não preparados para executar e aprovar ao lado do Governo, na Assembleia da República, uma reforma de descentralização que seja estendida e aplicada “a todo o poder local democrático”. António Costa lembrou, a propósito, que o Governo que lidera tem vindo a trabalhar intensamente com a ANMP e a ANAFRE, reafirmando que o objetivo do Executivo é alcançar no Parlamento, ainda antes das

eleições do próximo dia 1 de outubro, o maior consenso possível na aprovação desta reforma de descentralização, prevendo que ela possa entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2018, para que seja aplicada “simultaneamente em todos os municípios e em todas as freguesias”, evitando o recurso aos “negócios dos contratos-programa”. O líder socialista sustentou que o sucesso da reforma que o Governo vai apresentar sobre descentralização, para que os municípios e as freguesias “tenham mais e melhores competências e meios”, implica que ela não se restrinja apenas a “ser uma reforma do PS”, defendendo que os critérios que venham a ser aprovados devem contemplar igualmen-

te os contributos das restantes forças partidárias, não deixando todavia de refutar a tese, suportada sobretudo pelos partidos da direita, de que com a aprovação desta reforma da descentralização para as autarquias esteja a defender “uma desresponsabilização do Estado”. Segundo o Secretário-geral do PS, é necessário que não sejam criados “debates artificiais”, sustentando ser “normal e até desejável” que exista toda a abertura para se estudar os projetos-lei apresentados pelos restantes partidos com assento parlamentar, projetos que, segundo o líder socialista, devem propor alterações que decididamente “melhorem as nossas próprias propostas”. ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



CONVENÇÃO AUTÁRQUICA CARTA DE PRINCÍPIOS DO PS ÀS PRÓXIMAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO

Durante a Convenção Nacional Autárquica foi apresentada a Carta de Princípios orientadores dos programas eleitorais que os autarcas socialistas apresentarão nas próximas eleições de outubro.

ANA CATARINA MENDES, acompanhada por António Magalhães, coordenador da Convenção Nacional, e João Ferrão, coordenador da Carta de Princípios, afirmou, na ocasião, que "é um grande orgulho ser Secretária-geral ad-

junta do Partido Socialista", destacando que só o PS consegue juntar "os melhores que há na sociedade portuguesa", que mesmo sem filiação partidária "podem estar connosco". A dirigente socialista, falando sobre a Carta de Princípios

que define as orientações gerais dos programas eleitorais dos candidatos socialistas, recordou a excelência do documento que "bebe nos melhores instrumentos internacionais, como a Nova Agenda Urbana europeia ou a Nova

Agenda Urbana das Nações Unidas".

Sobre o encontro, a coordenadora autárquica do PS destacou que esta convenção voltou a "mostrar que temos autarcas de excelência, candidatos de excelência e que por

isso o PS vai continuar a ser o maior partido autárquico em Portugal".

A Secretária-geral adjunta do PS viu ainda o documento ser aprovado, numa votação simbólica, naquele que foi um dos momentos altos do encontro. ■

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA PS NÃO FALTARÁ AO PORTO

O candidato do PS à Câmara Municipal do Porto, Manuel Pizarro, afirmou, durante a Convenção Autárquica socialista, que o Partido Socialista saberá estar sempre à altura do seu compromisso com o Porto e os portuenses, lamentando que a posição da candidatura independente de Rui Moreira não tenha permitido manter uma associação que "teve resultados muito positivos" para a cidade.

"**INFELIZMENTE**, e depois daquilo que se passou nestes últimos dias e em especial ontem, não vai ser possível continuar durante mais quatro anos com esta associação", sublinhou Manuel Pizarro, referindo-se à decisão da candidatura de Rui Moreira em prescindir do apoio dos socialistas, ressaltando que a participação do PS no acordo de governação da cidade do Porto "teve resultados muito positivos" e que "o trabalho realizado foi muito relevante". O candidato socialista afirmou também a rejeição de um eventual convite, sugerido por Rui Moreira, a integrar a candidatura do atual autarca do Porto como independente. "Há convi-

tes que, feitos num determinado tempo e num determinado modo, não podem ser aceites", já que "tornariam mais pequeno" quem o fizesse, disse.

"Também por isso, a minha resposta, sempre serena, é a seguinte: não, obrigado a esses convites", venceu, sustentando o seu compromisso com a cidade do Porto.

"Dou a cara nos bons momentos, mas dou a cara, sobretudo, perante os desafios e nas dificuldades", assumiu, defendendo agora que "tem que haver uma candidatura do PS à Câmara do Porto" e assegurando que vai fazer "campanha com o entusiasmo e a elevação de sempre".



Trabalho de Manuel Pizarro orgulha o PS

O Secretário-geral socialista, António Costa, saudou também a concelhia do Porto e o candidato Manuel Pizarro, pela decisão de apresentar candidatura própria e não apoiar Rui Moreira, considerando que "o PS não se impõe onde não é desejado".

"Havendo uma vontade clara de que cada um concorra nas suas próprias listas, o PS fará aquilo que lhe compete, não faltando ao Porto e apresentando a sua própria lista", defendeu o líder do PS.

António Costa afirmou que o PS "tem muito orgulho no trabalho que desenvolveu ao lon-

go destes quatro anos na Câmara do Porto, na forma leal como trabalhou" com o presidente da autarquia, assinalando que não existe qualquer "crispação" com Rui Moreira, por quem disse ter "muita estima e amizade" desde há muitos anos.

"Como dizia hoje o doutor Manuel Pizarro, às vezes mais vale uma boa amizade do que um casamento indesejado. Nós não nos impomos a ninguém, cada um é livre de seguir o seu caminho, amigos como dantes e amigo não empata a amigo", reiterou.

"Nós não queremos ser indesejados em parte nenhuma e, portanto, cá estamos com mui-

to orgulho de concorrer com o emblema do PS", sustentou o Secretário-geral do PS.

O anúncio da candidatura de Manuel Pizarro à Câmara do Porto mereceu também mensagens de saudação e apoio de muitos outros autarcas socialistas, de que foram exemplo o presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, ou de Lisboa, Fernando Medina, que logo na abertura dos trabalhos da Convenção pediu uma "salva de palmas muito em particular para os camaradas do Porto".

"Tenho a certeza que eles honrarão o que é a tradição do PS, que é estar à altura dos desafios da resposta à qualidade de vida das populações e de afirmar no Porto, como em todos os outros locais do país, o PS como um grande partido autárquico, porque este é um partido de mulheres e de homens livres que estão juntos para melhorar a vida das pessoas", disse.

O presidente da Associação Nacional de Autarcas do PS, Rui Santos, por seu lado, manifestou confiança numa vitória socialista na autarquia do Porto: "perdemos um grande vereador mas vamos ganhar um grande presidente de câmara", antecipou. ■

PORTUGAL MELHOR

CABEÇAS-DE-LISTA DISTRIITAIS



VIANA DO CASTELO
JOSÉ MARIA COSTA



BRAGA
MIGUEL CORAIS



PORTO
MANUEL PIZARRO



AVEIRO
MANUEL OLIVEIRA



COIMBRA
MANUEL MACHADO



LEIRIA
RAUL CASTRO



LISBOA
FERNANDO MEDINA
(Presidente em exercício, não tendo feito
ainda anúncio oficial de recandidatura)



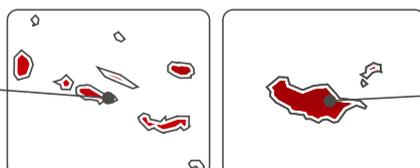
SANTARÉM
RUI BARREIRO



SETÚBAL
FERNANDO PAULINO



AÇORES | Ponta Delgada
VITOR FRAGA



VILA REAL
RUI SANTOS



BRAGANÇA
CARLOS GUERRA



VISEU
LÚCIA ARAÚJO SILVA



GUARDA
EDUARDO BRITO



CASTELO BRANCO
LUIS CORREIA



PORTALEGRE
JOSÉ CORREIA DA LUZ



ÉVORA
ELSA TEIGÃO



BEJA
PAULO ARSÉNIO



FARO
ANTÓNIO EUSÉBIO



MADEIRA | Funchal
PAULO CAFÓFO
(PS integra coligação)



JORNADAS PARLAMENTARES DO PS

DESCENTRALIZAÇÃO É PARA AVANÇAR NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

O Secretário-geral do PS, António Costa, afirmou que o Executivo socialista pretende concretizar a descentralização de competências para os municípios ainda durante a presente sessão legislativa, revelando que 11 diplomas fundamentais para a sua regulamentação encontram-se já em fase de apreciação pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP).

“TEMOS de ter como grande objetivo desta legislatura - e eu diria ainda como grande objetivo desta sessão legislativa - aprovar o quadro legal para que o início do próximo mandato autárquico seja marcado por um forte avanço da descentralização com claro reforço das competências dos municípios e das freguesias na gestão dos seus territórios”, começou por referir António Costa, no discurso de encerramento das Jornadas Parlamentares que o PS realizou nos dias 25 e 26 de maio,

em Bragança. António Costa revelou depois que o Governo que lidera fez já chegar esta semana à ANMP “11 dos diplomas fundamentais para regulamentar a lei-quadro que se encontra em apreciação na especialidade na Assembleia da República”. Segundo adiantou, os diplomas abrangem as áreas da cultura, educação, proteção civil, policiamento de proximidade, saúde, promoção turística, captação de investimento e gestão de fundos comunitários.

“Fazemos questão que o debate se faça não apenas com base na lei-quadro, mas também com legislação concreta que regule e concretize a transferência de competências”, explicou. “São os primeiros diplomas regulamentares e terão que existir outros em áreas como a dos quadros de pessoal, ou das transferências de património. E, finalmente, terá de existir uma nova lei das finanças locais”, acrescentou. Fim do “corte cego” nos subsí-

dios de desemprego já em junho. Na sua intervenção, o líder do PS revelou também que já a partir do dia 1 de junho entrará em vigor “um travão fundamental” para que não se aplique o “corte cego” de 10% nos subsídios de desemprego a todos os desempregados de maior duração e que estariam agora em risco de perder a prestação, corrigindo a medida que tinha sido adotada em 2012 e protegendo 136 mil portugueses que se encontravam nessa situação. Segundo António Costa, “com a

nova regra, que fixa um limiar, que não permitirá a ninguém que esse corte os coloque abaixo do Indexante de Apoios Sociais (IAS), 58% dos que estavam em risco de sofrer o corte, num universo de 234 mil, no próximo dia 1 de junho, deixam de estar confrontados com esse risco”. Um corte que, a acontecer, “seria brutal para a estabilidade e perspetiva de vida” de muitos desempregados de longa duração, sublinhou o primeiro-ministro. ■



JORGE FERREIRA

FEITOS DO PAÍS SÃO PARA CONGRATULAR E NÃO PARA OCULTAR

“O distrito de Bragança foi um dos mais afetados pelas políticas de desinvestimento económico e social do anterior Governo”, acusou o líder parlamentar do PS durante a sessão de abertura do segundo dia das Jornadas Parlamentares socialistas, em Bragança.

ESTE DISTRITO “tem ainda problemas a mais, que complexificam e oneram a sua situação, e que importa conhecer, mas tem também progressos e sucessos que importam identificar na sua diversidade e intensidade”, daí a importância da deslocação dos deputados do PS ao interior do país, sublinhou Carlos César.

O presidente do PS lembrou que, durante o Governo PSD/CDS, “a população do distrito caiu 5,1%, uma queda quase três vezes superior à média nacional, já de si bastante preocupante”. Bragança “tem o maior índice de envelhecimento do país, sensivelmente o dobro da média nacional, tem a menor proporção de crianças, a menor proporção de população em idade ativa e, por conseguinte, a maior proporção de idosos”, afirmou.

“Acrescendo à diminuição da população ativa, entre 2011 e 2015, o desemprego aumentou no distrito de Bragança ainda mais acentuadamente que no país. Felizmente, essa tendência, em 2016, parece ter sido revertida, verificando-se mesmo uma quebra do desemprego no último ano de 19%, que corresponde a um sucesso e a um motivo de esperança”, congratulou-se Carlos César, garantindo que “os brigantinos sentem essa diferença para melhor, sentem uma nova confiança que resultam, nos mais variados setores, de alterações de políticas adotadas pelo atual

Governo”.

O líder parlamentar socialista criticou o anterior Executivo por ter retirado serviços dos territórios do interior, dando o exemplo da justiça: “Não foi a encerrar cinco tribunais e a privar 30 mil habitantes de ter um tribunal com jurisdição efetiva que se convidou as populações a permanecerem nas suas localidades e se atraíram outros habitantes. Felizmente, já pudemos inverter essa situação”. Também o desinvestimento na educação levado a cabo pelo Governo de direita “trouxe resultados desastrosos ao distrito”, disse.

O progresso no interior

No entanto, existe um conjunto amplo de iniciativas na região “que permitem antecipar um futuro com sucessos para o empreendedorismo nas áreas económica, social e cultural, incluindo projetos com envolvimento municipal e intermunicipal, das escolas de ensino superior e dos parques de Ciência e Tecnologia”, apontou Carlos César.

O presidente do PS falou nas empresas da região, que apresentam sinais comparativos de sucessos: “Têm taxas de sobrevivência das mais elevadas do país, um número médio de empresas por cem habitantes acima da média nacional, uma balança comercial excedentária e elevada capacidade de exportação com crescimentos acima da média nacional”.

“O turismo pode e deve ser um fator de incremento geral, atentas as excecionais e diversificadas qualidades da oferta, mas o peso reduzido do turismo estrangeiro e a sazonalidade excessiva mostram bem como estamos aquém da divulgação externa que se exigia e que o atual Governo está empenhado em compensar”, garantiu.

Carlos César defendeu que “a aposta na segurança e no turismo de natureza são exemplos de investimentos que podem trazer muitas vantagens no universo da oferta global do turismo, tal como o investimento na produção agroalimentar de alta qualidade, com a valorização da produção com Indicação Geográfica Protegida”.

Governo tem acumulado sucessos

O líder parlamentar do PS também sublinhou os casos de sucesso que o atual Governo tem conseguido alcançar, sendo que “a saída do Processo de Déficit Excessivo é o mais emblemático desses sucessos recentes e é especialmente relevante por constituir uma decisão que reconfirma um processo sustentável e duradouro, o qual, ainda que iniciado há mais tempo, foi alcançado, nestes últimos dois anos, com uma rotura das políticas que vinham a ser desenvolvidas pelo Governo do PSD/CDS e com a rija oposição desses partidos”.

“Temos resgatado a imagem do nosso país, não só junto

dos parceiros europeus, como também junto dos mercados. Fazemo-lo com sucesso, não esmagando, mas, pelo contrário, beneficiando a vida dos portugueses”, afirmou, lembrando outros casos: “Foi a decisão da Comissão Europeia, em julho de 2016, de não aplicar qualquer sanção a Portugal pela violação das metas orçamentais entre 2013 e 2015; foi a decisão, em novembro de 2016, de não aplicar a suspensão de fundos estruturais a Portugal por causa do défice excessivo em 2015; foi o reconhecimento por parte da Comissão Europeia de que a estratégia económica do Governo é positiva, patente nas revisões em alta que tem sucessivamente elaborado para o crescimento económico do país”.

Também o “investimento estrangeiro subiu no primeiro trimestre do ano mais de cem milhões de euros face ao início de 2016 e mais 1.268 milhões de euros face ao trimestre anterior; pela primeira vez, os manuais escolares foram oferecidos a todos os alunos do 1º ano e 1º ciclo do ensino básico”; houve “redução do valor das taxas moderadoras, mais quatro mil profissionais a trabalhar, mais 160 mil consultas médicas efetuadas e mais perto de meio milhão de portugueses com médico de família atribuído”, enumerou.

Segundo Carlos César, o país tem “motivos para a congratu-

lação e não para a ocultação”.

O presidente da bancada socialista criticou a direita por andar a dizer “que o crescimento da economia este ano é por causa do Governo anterior, mas já vai prevenindo que é só um trimestre e que se noutro assim não acontecer já é culpa do Governo atual”. “A direita tem imensa graça”, ironizou.

Não governamos por oposição à oposição

“É a mesma direita que vilipendiou o que apelidou de ‘governo das reversões’, que acusou o nosso Governo de fazer ‘tábua rasa do passado’, que vaticinou o caos, o descontrolo orçamental, os novos resgates, o desemprego, o crescimento negativo e a quebra do investimento, que anunciou a vinda do diabo – é essa mesma direita que agora reclama ser parte dos sucessos do rumo que esconjurou, das mudanças que combateu e das políticas que condenou”, reprovou.

“Não governamos por oposição à oposição, mas por aproximação aos interesses de Portugal e dos portugueses. Passos Coelho apostou e colocou todas as fichas no insucesso do Governo. Agora, dizem os seus conselheiros de imagem e analistas de feição, que vai tentar mudar de discurso. Mude ou não, chega tarde, porque Portugal já mudou e, já não restam dúvidas, mudou para melhor”, concluiu Carlos César. ■ CATARINA CORREIA

JORNADAS PARLAMENTARES EM BRAGANÇA

JÚLIA RODRIGUES



“ São as pessoas e as instituições que nos foram trazidas nestas jornadas parlamentares como exemplo, que nos permitem ter esperança no futuro, numa região mais desenvolvida e competitiva, num País mais homogéneo e equilibrado

Estas Jornadas no distrito de Bragança demonstraram, uma vez mais, a atenção que o interior do País merece ao Grupo Parlamentar do PS, a exemplo do que fez na Guarda e em Vila Real.

Bragança é o distrito mais envelhecido do País, com graves problemas de desertificação e envelhecimento da população. No entanto, temos a firme convicção de que existe um enorme potencial de crescimento e uma força inabalável das nossas gentes. Temos também consciência de que necessitamos de dar visibilidade a este território, criar nichos de mercado específicos para os nossos produtos de excelência, qualificar e formar os nossos ativos, trabalhar em rede os vários setores de atividade, promover o turismo da natureza, religioso e cultural, associado à gastronomia regional. A saúde, a educação, a justiça, a juventude e o desporto têm necessidades específicas relacionadas com a dispersão territorial. Mas é essa especificidade que diferencia o nosso País. A cultura e tradições fazem de nós o Reino Maravilhoso, como disse Miguel Torga.

Nestas Jornadas, “Portugal Melhor - Portugal de Sucesso”, convidámos empreendedores locais que contaram a sua história de vida, facilidades e dificuldades no investimento no nosso distrito. Houve ainda um segundo painel dedicado à Juventude em Portugal. O distrito de Bragança, com 12 concelhos, tem uma enorme diversidade. E uma singularidade, a língua mirandesa. Tem dois parques naturais – Montesinho e Douro internacional e o geoparque do Azibo. Acresce o vale da Vilariça, com condições particulares de solo e clima, zonas de caça e pesca, o setor olivícola, a produção de castanha, amêndoa e vinho.

Estiveram connosco a Professora Isabel Ferreira, investigadora, e Olena Dolid, estudante ucraniana de ERASMUS, que deram o seu depoimento pessoal e profissional. Em ambas, uma instituição em comum, Instituto Politécnico de Bragança. Com cerca de 7.000 alunos, acolhe 1.600 estrangeiros de 64 nacionalidades, o terceiro maior número em termos absolutos, a seguir às Universidades do Porto e Coimbra. Este potencial de massa crítica, que se está a desenvolver na nossa região e deve ser potenciado e replicado noutros territórios, constitui uma oportunidade que, se for desenvolvida e aprofundada, colocará Portugal no roteiro da ciência e investigação e da qualidade das instituições universitárias.

São as pessoas e as instituições que nos foram trazidas nestas jornadas parlamentares como exemplo, que nos permitem ter esperança no futuro, numa região mais desenvolvida e competitiva, num País mais homogéneo e equilibrado. Estas Jornadas e estes exemplos dão-nos essa esperança! ■

COESÃO E COERÊNCIA DOS SOCIALISTAS PORTUGUESES FUGE À REGRA DOS CONGÉNERES EUROPEUS

A razão por que o PS liderado por António Costa “escapou” às crises de outros partidos socialistas reside no facto de ter “rejeitado” as alianças com a direita, mas também os frentismos de esquerda”, afirmou Eduardo Ferro Rodrigues em Bragança.

PARA Ferro Rodrigues, que foi Secretário-geral do Partido Socialista entre 2002 e 2004, tem sido determinante para a pujança e saúde política do PS, ter-se mantido “no centro esquerda e fiel à sua matriz ideológica”, de partido socialista democrático, “europeu e reformista”, evitando assim ter seguido o “mesmo rumo” de outros partidos da mesma família política.

Enquanto alguns partidos socialistas são “penalizados” por viabilizar “governos de direita e políticas de austeridade”, como sucedeu com os socialistas gregos do PASOK ou dos seus congéneres na Holanda, outros casos há, salientou ainda Ferro Rodrigues, em que os socialistas perderam apoio popular, não por que tivessem seguido este modelo, de alianças à direita, mas “por se terem virado para nichos mais radicais”, como no Reino Unido ou de certo modo também em França.

O segredo e o sucesso da robustez política que o PS liderado por António Costa apresenta, talvez esteja no facto, defendeu Ferro Rodrigues, de “não ter ido por nenhum desses dois caminhos”,



JORGE FERREIRA

ao não ter, por um lado, “viabilizado um programa de Governo que lhe era estranho”, nem por ter aderido, por outro lado, a “nenhum frentismo programático geral”.

Mostrando a sua concordância por nesta primeira metade de legislatura o Governo de António Costa ter procurado, em “negociação permanente” no Parlamento, concretizar um programa de “recuperação de rendimentos e de mudança de política económica”, sem pôr em causa, como referiu, “os compromissos internacionais de Portugal”, o presidente da Assembleia da República foi mais longe e lembrou que “aquilo que ao início parecia a maior fragilidade do acordo de Governo à esquerda”, acabou por se revelar

“ser a sua maior virtude”, fazendo a “síntese” entre “dois eleitorados essenciais a uma maioria de progresso: as classes trabalhadoras e as classes médias mais dinâmicas”.

Solidariedade da UE

Noutro registo, Ferro Rodrigues defendeu que é tempo da União Europeia “cumprir” com as suas obrigações com Portugal, agora que se conhecem os resultados macroeconómicos alcançados pelo Executivo português, afirmando que a zona euro tem de “garantir oportunidades a todos e não apenas à Alemanha”.

A Europa, disse ainda Ferro Rodrigues, não pode continuar a desperdiçar oportunidades de se reformar, nomeadamente, como assinalou, ao nível da moeda única europeia e das políticas de coesão e desenvolvimento, porque corre o risco, como alertou, de um dia os cidadãos “lêem virarem definitivamente as costas”. “Temos de encontrar um conjunto de novas soluções que sejam sustentáveis e que facilitem a sustentabilidade da dívida e a aposta no investimento”, defendeu. ■ RSA

MOSTRAR OS EXEMPLOS DE SUCESSO E O POTENCIAL DA REGIÃO

O presidente da Federação do PS de Bragança, Carlos Guerra, afirmou que as jornadas parlamentares socialistas, que decorrem no distrito, são uma oportunidade privilegiada para dar a conhecer o melhor que a região tem para oferecer: “Bons projetos, boas autarquias e sobretudo um grande potencial”.

INTERVINDO na sessão de abertura do segundo dia das jornadas, o líder socialista distrital destacou a capacidade criadora e produtiva de uma região que muitas vezes sente ainda a desvantagem face às condições de que beneficiam outras regiões do território nacional.

“Hoje a ideia é mostrar a parte mais importante do potencial que temos no nosso distrito: são os investidores, os investigadores, os empresários, que muitas vezes com um grau um pouco maior de dificuldade conseguem criar situações de grande sucesso”, afirmou



JORGE FERREIRA

Carlos Guerra, antecipando o primeiro painel dos trabalhos, onde cinco brigantinos tiveram oportunidade de dar a conhecer aos deputados socialistas os seus exemplos de sucesso e de empreendedorismo local. O dirigente socialista apontou depois para algumas das ques-

tões que afligem os jovens do distrito e as suas perspetivas de futuro.

“Nós somos um exportador quase absoluto de jovens, porque infelizmente não há grandes oportunidades na nossa região”, alertou, defendendo que lhes deve ser dada a oportunidade “de contribuir para o desenvolvimento do distrito”. Carlos Guerra manifestou-se ainda convicto de que o conhecimento próximo da realidade do distrito de Bragança servirá para que os deputados socialistas acompanhem de forma informada as decisões que respeitem à região. ■



CIMEIRA LUSO-ESPANHOLA EM VILA REAL

PORTUGAL E ESPANHA ASSUMEM AMBIÇÃO DE CRIAR UMA VERDADEIRA COMUNIDADE IBÉRICA

O primeiro-ministro português, António Costa, defendeu, no final da XXIX Cimeira Luso-espanhola, que teve lugar nos dias 29 e 30 de maio, em Vila Real, que a fronteira entre Portugal e Espanha deve ser um “ponto de união” entre os dois países, transformando a sua proximidade territorial numa força comum no espaço europeu e global.

NO FINAL do encontro de dois dias, que teve como tema a cooperação transfronteiriça, António Costa salientou o “objetivo muito ambicioso”, assumido pelos dois países, de criar “uma verdadeira comunidade ibérica, já que compartilhamos uma visão sobre a Europa” e “sobre as diferentes questões que se colocam hoje no mundo”.

António Costa acrescentou que para reforçar esta cooperação transfronteiriça foi constituído um grupo de trabalho diretamente dependente dos Chefes dos dois Governos para “começarmos a preparar um programa integrado de cooperação transfronteiriça para o horizonte [de fundos europeus] pós-2020, de forma a apresentá-lo ao financiamento no quadro das novas perspetivas financeiras da União Europeia”.

O primeiro-ministro destacou ainda, no quadro da participação dos dois países nas

diversas organizações internacionais a que pertencem, o contributo que Portugal e Espanha podem dar no pilar social, nas interconexões energéticas, no aprofundamento da união económica e monetária e no esforço de unidade na União Europeia no pós-Brexit. Na conferência que assinalou o final da cimeira, António Costa referiu também que Portugal e Espanha vão promover conjuntamente a celebração à escala mundial dos 500 anos da primeira viagem de circum-navegação da Terra (1519-1522), iniciada por Fernão de Magalhães e concluída por Sebastião Elcano.

Compromisso por um novo impulso para a convergência na UE

Portugal e Espanha reiteraram hoje, na declaração conjunta da cimeira bilateral que decorreu em Vila Real, o “pleno compromisso” com uma Euro-

pa forte e capaz de responder aos anseios dos cidadãos, defendendo que a convergência económica entre os Estados-membros da União Europeia (UE) deve merecer um “novo impulso”.

“Ambos os Governos entenderam que a UE deve nortear a sua ação pelos valores da solidariedade e da coesão, atentos sobretudo os anseios e as preocupações dos cidadãos. Nesse sentido, as liberdades que são indissociáveis do mercado interno devem ser respeitadas ao máximo, em particular a livre circulação de trabalhadores. A convergência económica entre os Estados-membros deve igualmente merecer um novo impulso”, refere o texto comum.

Os dois países ibéricos advogam que é numa UE “forte e unida” que reside a resposta aos problemas dos cidadãos, lembrando que as cimeiras dos países do sul da Europa têm sido pal-

co para a proposta de “soluções concretas para os problemas comuns à União e para o debate fundamental sobre o futuro do projeto europeu”.

Portugal e Espanha sublinham ainda o “compromisso com políticas orçamentais responsáveis e sustentáveis, que visem promover o crescimento, o investimento, a criação de emprego e a coesão social”, defendendo a promoção de “uma verdadeira orientação europeia para as políticas fiscais que permita avançar rumo a uma maior integração fiscal e, em última instância, à criação de uma verdadeira capacidade orçamental para a área do euro”. No campo internacional, Lisboa e Madrid manifestam também a sua satisfação pela eleição do português António Guterres para secretário-geral das Nações Unidas, saudando “as prioridades por ele identificadas para o cumprimento do seu mandato”.

Cooperação energética

Outro dos pontos inscritos na declaração final da cimeira respeita à cooperação entre os dois países no setor do gás natural, com Portugal e Espanha a assumirem o compromisso de avançar nos trabalhos para estabelecer um tratado para a criação de um mercado ibérico integrado ainda em 2017.

Ainda no campo da energia, os dois países “reiteraram e reforçaram a sua posição conjunta quanto à imprescindibilidade de aumentar as interligações”, defendendo que a Península Ibérica “possa servir de garante da segurança de abastecimento do espaço europeu no setor do gás natural e setor elétrico e possa exportar energia renovável para o espaço europeu”, destacando também a importância de continuar a “defender e promover um modelo energético sustentável, através da utilização de recursos endógenos renováveis”. ■

ESTRATÉGIA CONJUNTA PÓS-2020

Preparar uma estratégia de longo prazo para os fundos comunitários após 2020 será a tarefa de um grupo de trabalho a criar pelos governos de Portugal e Espanha, no marco das decisões oficializadas durante a 29ª Cimeira Ibérica.



FALANDO em conferência de Imprensa, no final da cimeira ibérica, o primeiro-ministro de Portugal referiu que esse grupo de trabalho estudará o “pós-2020” e irá procurar assegurar a máxima eficiência e eficácia dos investimentos a efetuar.

“É um grupo de trabalho para o horizonte pós-2020 no quadro das novas perspetivas financeiras da União Europeia”, clarificou António Costa, falando em Vila Real, no fim da cimeira ibérica, e ladeado pelo presidente do Executivo espanhol, Mariano Rajoy.

Na sua intervenção, Rajoy destacou precisamente a criação deste grupo de trabalho que tem como objetivo definir, especificamente, os projetos a desenvolver para “atuar de maneira rápida e, sobretudo, de maneira conjunta”.

Refira-se que os Governos de Portugal e Espanha estiveram reunidos durante dois dias, no Douro e em Vila Real, finalizan-

do a 29ª cimeira ibérica com a assinatura de oito textos.

Entre os textos assinados destacou-se um tratado sobre a linha de fecho da foz dos rios Minho e Guadiana, assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e pelo ministro dos Assuntos Exteriores e de Cooperação de Espanha, Alfonso Dasti.

Este tratado foi considerado “particularmente relevante”, uma vez que delimita as fronteiras (marítimas) dos dois países, trazendo maior segurança jurídica em termos de legislação potencialmente aplicável e tendo também influência na delimitação da zona económica exclusiva.

Valorização da fruição turística

A nível do turismo foi assinado um protocolo de colaboração que visa a valorização da fruição turística e a promoção conjunta dos Caminhos de Santia-

go e dos Caminhos de Fátima, ainda dos espaços e parques naturais e do enoturismo de Portugal e Espanha em mercados intercontinentais estrategicamente relevantes para ambos os países.

Os dois governos fizeram ainda uma declaração conjunta para o reforço da cooperação científica e tecnológica, que prevê o desenvolvimento de um programa de investigação e desenvolvimento (I&D), formação avançada e reforço de infraestruturas científicas e tecnológicas, centrado no Atlântico.

A ideia é estabelecer uma rede de centros de investigação para o Mediterrâneo, o desenvolvimento de um roteiro ibérico de infraestruturas científicas, o reforço das ligações transfronteiriças em fibra ótica entre as redes de investigação e ensino dos dois países e o reforço do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL).

Estimular novas indústrias do espaço

Nas áreas da ciência e tecnologia espaciais, Portugal e Espanha estabeleceram um memorando de entendimento, visando estimular novas indústrias do espaço com ênfase na produção e utilização de dados de pequenos satélites, sobretudo destinados à observação do Atlântico, promovendo novos modelos que contribuam para a gestão sustentável através da iniciativa do Centro Internacional de Investigação para o Atlântico-AIR Center.

Já no que diz respeito às infraestruturas de transporte transfronteiriças, foi assinada uma declaração de intenções que estabelece compromissos para o desenvolvimento das principais ligações, sendo conferida prioridade ao investimento nas redes ferroviárias.

Mobilidade transfronteiriça

Por sua vez, o memorando de

cooperação e assistência técnica em matéria de emprego e assuntos sociais, para o período 2017-2018, prevê um reforço da cooperação entre os dois países na área da segurança social, do emprego, da formação profissional e das condições de trabalho.

Serão, neste âmbito, realizadas ações conjuntas das inspeções de trabalho dos respetivos países, identificados défices e excedentes de mão-de-obra que possam gerar fluxos de mobilidade transfronteiriça, divulgadas ofertas de emprego e realizadas ações de formação e estágios transfronteiriços.

Nesta cimeira ibérica foi ainda assinada uma declaração do Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa e uma declaração conjunta entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Interior para o reforço da cooperação policial transfronteiriça. ■ **MARY RODRIGUES**



NO ÂMBITO da 29ª Cimeira Ibérica, os chefes de Governo português e espanhol, António Costa e Mariano Rajoy respetivamente, assinaram compromissos temporais para o desenvolvimento das principais ligações, sendo conferida prioridade, entre outros, ao investi-

mento nas redes ferroviárias. A bordo do navio Douro Elegance, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas adiantou que entre os dois países vizinhos estão a ser ultimadas várias novas obras nesta área, mas informou que tudo será feito com recurso a instrumentos comuni-

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS PARA IMPULSAR CRESCIMENTO ECONÓMICO

Portugal e Espanha ratificaram intenções de colaborar estreitamente em matéria de infraestruturas de transporte transfronteiriças, com o rio Douro como pano de fundo.

tários de apoio.

“São obras para ser financiadas com fundos comunitários, para que melhorem a situação económica, mas mantendo o equilíbrio orçamental” de Portugal e de Espanha, adiantou Pedro Marques, falando a bordo de uma embarcação no rio Douro,

no primeiro de dois dias de cimeira entre Portugal e Espanha. O governante referiu as ligações ferroviárias entre Porto e Vigo, a linha da Beira Alta e o corredor Sines-Caia, mas destacou também, a nível rodoviário, o troço final da A25 e uma “obra de re-qualificação” da ponte sobre o

rio Guadiana.

“Estas obras impulsionarão mais crescimento económico nos dois países”, disse, ressaltando porém que toda obra será feita “com os pés assentes no chão”, atendendo à situação económica e financeira de ambos os países. ■ **MR**



ANTÓNIO COSTA COMEMOROU 44º ANIVERSÁRIO DO PS

DEMOCRACIA PARLAMENTAR DEVE RESPEITAR O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DO VOTO DOS PORTUGUESES

Mudanças no sistema eleitoral para conceder mandatos suplementares ao partido vencedor era estar a atribuir uma espécie de bónus na secretaria, algo que “não faz sentido” e que seria mesmo “inaceitável” no plano democrático, defendeu o primeiro-ministro, confrontado com a proposta avançada pelo líder parlamentar do maior partido da oposição.

ANTÓNIO COSTA recusou liminarmente a ideia avançada pelo líder parlamentar do PSD, que defendeu uma mudança na lei eleitoral prevendo a aplicação em Portugal de normas do sistema eleitoral grego, que atribui mandatos suplementares ao partido vencedor, defendendo o primeiro-ministro que isso seria “mau para a democracia”, não só porque seria inconstitucional como “distorcia a proporcionalidade” e significava, no fundo, “estar a dar um bónus na secretaria”.

O Secretário-geral socialista, que falava no final da sessão do 44º aniversário do PS, que teve lugar na sede nacional, em Lisboa, sustentou que, em vez deste tipo de estímulos ou de propostas, seria melhor e mais proveitoso que todos, ao fim de todos estes anos, se “habituassem a viver com um sistema eleitoral que assegura

e respeita escrupulosamente a proporcionalidade”.

Não pondo de lado que o sistema eleitoral em vigor em Portugal possa sofrer alterações, com o objetivo, como referiu, de o melhorar, designadamente, quer em termos de “personalização dos mandatos”, quer com medidas que “aproximem eleitos de eleitores”, iniciativas que o Secretário-geral do PS considerou pertinentes, mas “não para serem aplicadas nesta legislatura”, lembrando que “isto faz parte dos acordos de Governo que o PS celebrou em novembro de 2015 com o BE, PCP e os Verdes”.

Para o líder socialista, esta proposta também não encontra qualquer justificação em alegados problemas de governabilidade em Portugal, uma vez que sempre foi possível, como defendeu, “encontrar

formas variadas de governos com apoio maioritário na Assembleia da República”, quer porque “existe maioria absoluta”, quer porque sempre se encontraram “soluções parlamentares que asseguram essa governabilidade”.

Proteger carreiras contributivas mais longas

O Secretário-geral do PS referiu-se ainda à necessidade de se proteger as carreiras contributivas mais longas, defendendo que o Governo vai encontrar “uma solução equilibrada”.

Afirmando que também gostaria de ver eliminadas todas as penalizações às reformas dos trabalhadores com carreiras contributivas de 40 anos, António Costa fez contudo questão de lembrar que, “nas atuais condições”, tal “não é compati-

vel” com a sustentabilidade futura da Segurança Social.

Perante o quadro atual, referiu o primeiro-ministro e líder do PS, o que há a fazer é “procurar uma solução de equilíbrio”, mostrando-se confiante em que as diferenças que existem nesta matéria entre as forças políticas que apoiam o Governo “poderão em breve ser ultrapassadas”.

Porque do que se trata, acrescentou, é de proteger, por um lado, a Segurança Social, ao mesmo tempo que é necessário fazer justiça a uma “geração que foi muito sacrificada”, lembrando a este propósito que o país tem uma “dívida com aqueles que não puderam viver plenamente a sua infância e tiveram de começar a trabalhar prematuramente”.

E esse mínimo de equidade defendeu ainda o primeiro-ministro, é “assegurar-lhes na ida-

de de reforma um sistema de maior justiça”, reconhecendo contudo que “não é fácil encontrar uma solução” que melhor responda a este problema, permitindo um equilíbrio entre fazer a justiça que é devida a uma geração e, simultaneamente, “nunca colocar em causa a sustentabilidade futura da Segurança Social”.

Segundo o Secretário-geral do PS, o princípio que se terá que adotar para que esta matéria tenha uma resposta com um grau maior de justiça é aceitar que quanto mais longa for a carreira contributiva “melhores condições haverá para eliminar a penalização de uma reforma antecipada”, sendo este o caminho, como defendeu, o único que poderá assegurar e compatibilizar o “máximo de justiça com o máximo de sustentabilidade futura da Segurança Social”. ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



HOMENAGEM

MÁRIO SOARES DÁ NOME AO JARDIM DO LARGO DO RATO

Numa singela e fraterna homenagem integrada no 44.º aniversário do Partido Socialista, os jardins da sede nacional do PS passam a ter o nome de Mário Soares, simbolizando o amor do histórico fundador do partido pela natureza e pela liberdade.

A CERIMÓNIA decorreu durante um convívio comemorativo do aniversário do partido que juntou inúmeras personalidades e militantes socialistas, contando com a presença de Isabel e João Soares.

António Costa, que descerrou a placa com o nome e a imagem de Mário Soares, num gesto conjunto com o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, o presidente e líder parlamentar socialista, Carlos César, e a neta do antigo Presidente da República, Lilah, filha de João Soares, lembrou o amor do antigo chefe de Estado e líder socialista pela natureza, defendendo ser este o melhor espaço da sede nacional do PS para acolher o seu nome.

“Fiz com ele uma visita guiada ao jardim na sua casa de Nafarros [Sintra] e testemunhei o seu amor pela natureza, em particular pelas árvores”, recordou o Secretário-geral socialista.

Num breve discurso, António Costa assinalou também o legado político e afetivo de Mário Soares para a identidade do PS, que comemora o seu 44.º aniversário no ano em que o seu histórico fundador nos deixou.

“Não foi apenas o fundador e primeiro líder do PS, mas também o principal protagonista, por ter dado alma e espírito ao partido”, destacou o Secretário-geral socialista. ■



44.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMEMORADO EM COIMBRA

UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO, EUROPEU E QUE SE ORGULHA DO SEU ESTADO SOCIAL MUITO O DEVE AOS FUNDADORES DO PS

Num almoço que decorreu no dia 19 de abril em Coimbra, para assinalar os 44 anos da fundação do PS, António Costa agradeceu aos fundadores do partido terem tido “esse gesto fundador”, lembrando que se Portugal vive hoje em liberdade e em democracia e fazendo parte da União Europeia muito o deve a esse “gesto praticado” pelos seus fundadores.

SE HOJE temos um país que vive em liberdade e em democracia, integrado na Europa e com um Estado Social, que permitiu fazer o Portugal que “hoje temos”, muito se deve, defendeu António Costa, ao “gesto praticado há 44 anos”, com a fundação do PS.

Mas Portugal, se hoje é um país onde há liberdade e democracia e onde a censura já não faz parte do quotidiano, lembrou o Secretário-geral socialista, depara-se contudo com “outros e novos desafios à democracia”, referindo a propósito que a “batalha” pela Europa ainda é “um projeto inacabado” e com “muitos defeitos”.

Para António Costa, Portugal e os portugueses têm, neste momento, para além dos problemas que se colocam em relação à Europa e ao euro, duas outras batalhas a travar no sentido de repor justiça, quer em relação às reformas, quer em relação aos escalões do IRS, sustentando que é preciso que a justiça chegue também às pessoas com “car-

reiras contributivas muito longas”.

Para estas, o líder socialista defendeu que têm o direito de se poderem reformar “sem terem qualquer penalização”, lembrando que o país tem “décadas de violência brutal de trabalho infantil”.

A outra batalha “que temos de travar”, disse António Costa, tem a ver com o IRS, relativamente ao qual, como defendeu, é necessária “maior justiça”, começando, desde logo, como aludiu, por “repor os escalões que foram eliminados nos anos da troica”, para que os que ganham menos “possam ter um tratamento mais justo e mais favorável”.

PS na primeira linha

A conquista de democracia, da liberdade, da integração europeia, do Estado social e da escola pública, sustentou o líder socialista, sempre foram “grandes batalhas” que tiveram o PS na primeira linha de combate, o que não significa, como referiu, que se “trate de

combates terminados”.

Se há algo de que “nos podemos orgulhar” com a atual experiência de governação, disse ainda António Costa, é o facto de, “como nos revela o eurobarómetro, de 2015 para 2016”, a confiança dos portugueses nas instituições democráticas em Portugal “ter duplicado”. Foram muitos os socialistas que quiseram estar presentes neste almoço comemorativo de mais um aniversário do PS, entre os quais 19 fundadores: António Arnaut, António Campos, Carolina Tito de Moraes, Roque Lino, José Leitão, António Reis, José Neves, Dieter Dellinger, João Gomes, Desidério Lucas do Ó, Augusto Roseira, Rodolfo Crespo, Pedro Marques, João Lina, Liberto Cruz, Maria do Carmo da Costa, Fernando Loureiro, Gomes Pereira e Joaquim Silveira, para além do presidente da Federação do PS/Coimbra e presidente da Câmara Municipal, Manuel Machado, e da Secretária-geral Adjunta do PS, Ana Catarina Mendes.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

PARLAMENTO

PSD FALHA TAMBÉM NAS CONTAS DO PASSADO

O líder parlamentar do PS defendeu, durante o encerramento do debate parlamentar sobre o Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade 2017-2021, que o atual Governo conseguiu atrair a confiança dos observadores internacionais e inverter a “herança de degradação social e empresarial” deixada pelos partidos de direita.

CARLOS CÉSAR sublinhou que foram acolhidos os contributos de todos os partidos com assento parlamentar e dos parceiros sociais, inclusive dos partidos da oposição. “Na verdade, e ao contrário do que disse o líder do PSD, em 2016 não foram rejeita-

das ‘a maioria das propostas do PSD’ – aliás, tal como do CDS – mas sim aprovadas a maioria delas: 145 em 244”, apontou o presidente do PS, ironizando que “o PSD já não falha apenas nas previsões, falha também nas contas do passado”.



JORGE FERREIRA

Segundo Carlos César, o compromisso que o Partido Socialista e o Executivo assumem é o de “desenvolver as orientações do programa do atual Governo, de adequação à nossa condição de membros da União Europeia e da zona euro, de respeito pe-

las matérias acordadas com os partidos e parceiros sociais e das medidas inscritas nas políticas orçamentais”.

“A credibilidade alcançada não se afere apenas pelo adquirido e, por isso, muito importa como se salvaguardará o futuro”, defendeu.

No entanto, acrescentou, a verdade é que o Governo conseguiu “inverter positivamente resultados negativos e suscitar a confiança dos observadores internacionais mais insuspeitos”. Por este motivo, Carlos César alerta para a necessidade de prosseguir com as “boas políticas” e de afastar “da herança de degradação social e empresarial” que o anterior Executivo de direita deixou. O líder da bancada socialista lembrou que o atual Governo recusou-se a “administrar a herança de pobreza, o legado de falências, a contemporizar com o desemprego, a conformar-se com a maior carga fiscal de sempre, prosseguindo agora o caminho de alívio fiscal iniciado em 2016”. ■ **CATARINA CORREIA**

PROJETO “AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE” VAI AGILIZAR PLANO CURRICULAR



O **DEPUTADO** do PS Porfírio Silva destacou, no Parlamento, o projeto que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação para o reforço da autonomia das escolas.

Porfírio Silva considerou tratar-se de “um debate importante”, destacando o projeto que “está a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação para que a autonomia se construa naquele plano que é essencial à missão da escola”, ou seja, o plano curricular.

O parlamentar do PS re-

velou que as 195 escolas, tanto públicas como privadas, que encetaram em Coimbra um diálogo com o Ministério da Educação acerca do seu envolvimento no projeto, fizeram-no voluntariamente”, porque se trata de um projeto que se “desenvolve com uma estratégia de gradualismo e de mobilização, nunca numa estratégia de imposição”.

O deputado socialista sublinhou que “a flexibilidade será mobilizada também ao serviço da inclusão, per-

mitindo a definição de planos curriculares de turma que respeitem as diferentes necessidades educativas de cada um dos alunos”. Porfírio Silva afirmou que, em breve, o PS irá apresentar as suas propostas em matéria de gestão escolar, que irão no sentido “de um fortalecimento do Conselho Pedagógico, aperfeiçoando o método de recrutamento dos cargos de gestão intermédia, combinando melhor profissionalidade e representação”. ■ **CC**

PS CONGRATULA-SE COM REFORÇO DE PROTEÇÃO DE MENORES EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



“**HOJE** demos mais um importante e significativo passo na prevenção e combate à violência doméstica”, considerou a deputada socialista Elza Pais, depois da aprovação na Assembleia da República de um diploma com origem em iniciativas legislativas do PS, BE e PAN que reforça a proteção de menores e agiliza a intervenção do Ministério Público em casos de violência doméstica.

A deputada do PS sublinhou que esta lei vai permitir a proteção das “crianças em situação de conflitu-

idade e violência conjugal”, e noutras formas de violência em contexto familiar, designadamente no caso de abuso sexual de menores, podendo mesmo “salvar-se vidas que têm sido muito fustigadas” nestes crimes.

Elza Pais explicou que este novo instrumento jurídico permitirá às vítimas “obter dos tribunais, de forma célere, a regulação das responsabilidades parentais, que deverão ser promovidas oficiosamente pelo Ministério Público no prazo de 48 horas após

a aplicação da medida de coação ou pena acessória de afastamento do agressor”. “Logo de seguida, e nos cinco dias imediatos, deverá ser marcada pelo tribunal a conferência de pais para a regulação urgente das responsabilidades parentais, que tornará mais célere este processo”, acrescentou. A aprovação da nova Lei foi também saudada pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, que enalteceu o amplo consenso que a matéria suscitou. ■ **CC**

LARA MARTINHO ELOGIA FEITO “EXTRAORDINÁRIO” DA CRIAÇÃO DO AIR CENTER NOS AÇORES



A **DEPUTADA** do PS Lara Martinho congratulou o Governo por ter criado as condições para tornar uma realidade o Centro Internacional de Investigação e Desenvolvimento dos Açores para o Atlântico - AIR Center.

Uma iniciativa, assinalou a deputada socialista, que “poderá mudar o paradigma da ciência em Portugal e o papel dos Açores no desenvolvimento de uma nova agenda para a ciência e tecnologia, com

uma abordagem integrada para o Atlântico focada no espaço e no oceano, as suas implicações nas alterações climáticas e o desenvolvimento de sistemas de energia sustentável”.

Lara Martinho sublinhou que o Executivo “definiu a diplomacia científica como uma prioridade”. “Ao longo dos últimos nove meses, realizou treze workshops em diversos países com o objetivo de conceber uma estratégia para o estudo

do Atlântico”, culminando num encontro nos Açores para preparar a criação do AIR Center, regozijou-se. Neste encontro, todos os 260 participantes estiveram reunidos “com o objetivo de alinhar as estratégias de investigação dos países do Atlântico Sul e do Atlântico Norte para a cooperação internacional em áreas como as alterações climáticas, a energia, o espaço, o oceano e a gestão de dados”, acrescentou. ■ **CC**

MONITORIZAÇÃO DE IMPACTO DE GÉNERO VAI PERMITIR APERFEIÇOAR AS LEIS



O **PS** regozijou-se com a aprovação no Parlamento do projeto de lei que visa a criação de um regime de avaliação do impacto de género da legislação aprovada e dos atos normativos da administração central, regional e local.

À semelhança do que já acontece ao nível do Conselho de Ministros, desde 2005, o projeto agora aprovado pretende que passe a ser feita uma avaliação prévia sobre o impacto

de género de cada diploma com base num conjunto de parâmetros, onde se inclui a situação e os papéis de homens e mulheres no contexto sobre o qual se vai legislar, a existência de diferenças relevantes entre os dois no acesso a direitos ou de limitações para participar ou beneficiar dessas novas normas legais.

“Não significa isto que passaremos a produzir leis perfeitas, não significa até que consigamos erradicar

as discriminações ou que consigamos mitigar de futuro todos os problemas que a legislação continua a acarretar na realização da igualdade, mas pelo menos temos um instrumento que funciona como alerta, que avisa o legislador em certas circunstâncias que se calhar deve mudar o rumo, deve acertar melhor aquilo que propõe”, defendeu Pedro Delgado Alves, um dos autores da iniciativa. ■ **CC**



ENTREVISTA A ANA CATARINA MENDES

“O PS TEM MUITO ORGULHO NOS SEUS AUTARCAS E NOS SEUS CANDIDATOS”

Em ano de autárquicas, a Secretária-geral adjunta socialista garante que o PS está preparado e mobilizado para vencer o desafio de outubro próximo. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Ana Catarina Mendes faz a projeção de alguns dos temas que vão marcar o próximo ciclo do Poder Local, sem esquecer o balanço da governação socialista no país.

O PS é hoje a principal força autárquica do país. Quais as expectativas, metas e objetivos para as eleições de outubro?

A expectativa do Partido Socialista para estas eleições autárquicas está definido e é claro: ganhar as eleições. E ganhar as eleições significa ser o partido mais votado, ser o partido com mais presidências de câmara e de juntas de freguesia, mantendo assim a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias. Tenho percorrido o país na preparação destas eleições e sinto que este é um objetivo que vai ser alcançado, com muito trabalho e com muita dedicação dos socialistas e de todos aqueles que nos acompanham nesta batalha política. O nosso objetivo é, em cada concelho e freguesia do país, servir da melhor maneira possível os cidadãos, e tem sido essa a linha que tem orientado a escolha das equipas para cada câmara municipal e para cada junta de freguesia. O Partido está mobilizado para voltarmos a alcançar uma grande vitória no próximo dia 1 de outubro.

Após quase dois anos de governação do PS, o país assistiu à queda de dois mitos: sempre era possível alcançar resultados melhores com uma mudança de políticas que nos era dito não serem possíveis; e a abertura de um novo quadro político, à esquerda, que parecia vedado. Que impacto po-

derá ter esta transformação no desafio autárquico de outubro, atendendo à especificidade muito particular do poder local?

Como sabe, tenho percorrido o país, de Norte a Sul, litoral e interior, contactado com muita gente, sejam militantes do Partido Socialista, sejam independentes, cidadãos comuns ou entidades locais representativas. E em todos esses contatos há uma coisa que resulta claro, que é uma visão muito positiva sobre a forma como o Governo do Partido Socialista tem sabido atuar neste pouco mais de ano e meio. O país está muito mais desculpado, as pessoas sentem mais tranquilidade, segurança e até esperança num futuro melhor, apesar do terrível lastro deixado pela governação da direita. Essa é uma nota comum em todo o país e deixa-nos, obviamente, como socialistas e como apoiantes desta solução de governo, muito satisfeitos, apesar de também sabermos que há ainda muito para fazer para continuar a melhorar a vida dos portugueses. Esta sensação de que estamos a cumprir no Governo de Portugal é, com certeza, um motivo de orgulho para os socialistas e é uma indiscutível mais-valia para toda a nossa atividade política. Dito isto, que é o que se sente por todo o país, estas eleições são eleições autárquicas e têm uma natureza completamente diferente das eleições legislativas, têm dinâmicas locais e muito próprias, não são nenhum teste ao Governo de Portugal. Vamos ganhá-las, mas esse tribu-

to deve ser prestado sobretudo aos nossos autarcas e a todos os nossos candidatos, às equipas que formos formando em cada concelho e em cada freguesia e que nos deixam, globalmente, muito satisfeitos. O Partido Socialista tem muito orgulho nos nossos autarcas e nos nossos candidatos. Gostava de deixar isso dito, de forma clara e muito enfática.

“O PS é o grande partido da descentralização, esteve sempre na linha da frente de todos os avanços que foram feitos em Portugal nesta matéria”

A descentralização de competências, há muito aguardada pelas autarquias, está em marcha por iniciativa do Governo socialista para poder ser aplicada já no próximo ciclo autárquico. Como olha o PS para esta “revolução” no poder local e na proximidade de serviços públicos em áreas fundamentais, que vai implicar também uma mudança na relação dos cidadãos com o Estado?

O Partido Socialista é o grande partido da descentralização, esteve sempre na linha da frente de todos os avanços que foram feitos em Portugal nesta matéria, e esta é uma reforma estru-

tural da maior importância para o país e para os cidadãos. Nós acreditamos que a proximidade é um valor que tem de ser cultivado na atividade política e no funcionamento da Administração Pública e resulta muito mais eficaz ao serviço das pessoas. Esse tem de ser sempre o nosso objetivo: encontrar a melhor forma de servir as populações. Ora, como disse o nosso camarada António Costa no encerramento da nossa Convenção Nacional Autárquica, um euro gasto numa câmara ou numa junta equivale a três euros gastos pelo Estado central, e ele sabe certamente do que fala, pela sua experiência como autarca, como membro do Governo e como primeiro-ministro. As pessoas têm de sentir que o Estado está próximo delas, cuida dos seus interesses e é eficaz na resolução dos seus problemas. A descentralização política e administrativa é, pois, além de do mais, um elemento essencial para a credibilização da atividade política, porque os cidadãos têm de ter interlocutores que lhes possam responder e resolver os problemas. Isso só se consegue com essa crescente proximidade.

Como tem sido trabalhada a abertura à participação de personalidades independentes neste processo?

O PS é um partido plural e aberto a todos os que se queiram juntar a nós no combate pela melhoria da vida das pessoas. Isso tem sucedido em muitos conce-

lhos e em muitas freguesias. Vamos ter muitos independentes integrados nas nossas listas, em variadíssimos casos como candidatos a presidentes, seja de câmara, seja de juntas de freguesia, nalguns casos vamos apoiar listas independentes, por entendermos que são a melhor solução para a população do concelho ou freguesia em causa. Não somos um partido fechado sobre si próprio, aqui também somos guiados por um só objetivo: encontrar a solução que melhor sirva as populações.

A direção nacional aprovou a carta para a igualdade no poder local, uma iniciativa do DNMS. A adoção destes princípios de representação mais paritária tem merecido um acolhimento positivo pelas estruturas locais? Será já possível observar essa maior paridade vertida das listas para o próximo ciclo autárquico?

Julgo que será possível observar uma evolução, sim, e isso é positivo. Vamos ter mais candidatas, no geral, e vamos ter mais candidatas a presidentes de câmara e de junta de freguesia. Mas também quero deixar claro que estamos ainda muito longe do que seria desejável e deixo aqui essa nota. Esta é uma matéria em que temos ainda um longo caminho para percorrer e sendo certo que o caminho se faz caminhando, podíamos e podemos fazer ainda muito mais do que fazemos. ■